



Parecer Nº 527/2026/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 250/2026 que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Salve uma Vida Mirassol, com sede no município de Mirassol d'Oeste - MT. ”

Autor: Deputado Valmir Moretto

Relator (a): Deputado (a) DILMAR DAL BOSCO.

### **I – Relatório**

Trata-se do Projeto de Lei nº 250/2026, de autoria do Deputado Valmir Moretto, que declara de utilidade pública estadual a Associação Salve uma Vida Mirassol, com sede no município de Mirassol d'Oeste - MT.

Em justificativa, a presente proposição tem por finalidade declarar de utilidade pública estadual a Associação Salve Uma Vida Mirassol, com sede no município de Mirassol d'Oeste – MT, que desenvolve relevante trabalho social voltado à proteção, acolhimento e promoção do bem-estar de animais em situação de abandono.

A associação realiza ações voluntárias, campanhas de conscientização e incentivo à adoção responsável, contribuindo para a promoção do respeito à vida animal e para o fortalecimento de iniciativas de interesse social na comunidade.

Cumprir destacar que a entidade não possui finalidade lucrativa, estando regularmente constituída e em conformidade com seu Estatuto Social e com a legislação vigente, especialmente com a Lei Estadual nº 8.192, de 05 de novembro de 2004. Ressalta-se, ainda, que a associação já foi declarada de Utilidade Pública Municipal por meio da Lei nº 1.957, de 17 de fevereiro de 2025, editada pelo Município de Mirassol d'Oeste.

A proposição foi protocolada na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL) em 11/03/2026 (fl. 02), lida na 11ª Sessão Ordinária da mesma data e cumpriu pauta em cinco sessões ordinárias subsequentes, de 11/03/2026 a 25/03/2026 (fl. 04v e tramitação).

Pesquisa preliminar da Secretaria de Serviços Legislativos - SSL em 16/03/2026, registrou a inexistência de proposições correlatas ou normas jurídicas idênticas (fl. 04).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 26/03/2026, para deliberação (fl. 04v).

É o relatório.



## II – Análise

### II. I – Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram realizadas novas consultas aos sistemas eletrônicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 20/05/2026, não sendo identificadas proposições em tramitação nem normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 250/2026.

A verificação efetuada no sistema Intranet, na mesma data, confirmou a inexistência de apensamentos ao processo legislativo correspondente.

Com base no conjunto documental apresentado, considera-se atendido, de forma integral, o disposto na Lei Estadual nº 8.192/2004, restando regularizada a instrução da matéria e assegurada a regularidade formal para prosseguimento do processo legislativo.

Passa-se, assim, ao exame da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

### II. II. – Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais Nº 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);





- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O art. 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### **II. III. – Da Instrução e Documentação Comprobatória**

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

#### **1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)**

À fl. 05, consta comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, indicando a data de abertura da entidade em 09/01/2020, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

#### **2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)**

Às fls. 24-35, cópia devidamente registrada no Cartório do 2º ofício de Mirassol D'Oeste/MT, não constando alterações posteriores arquivadas.

#### **3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)**

Às fls. 12-14, ata da reunião realizada em 30/04/2023, contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos para o triênio 2023-2026.

#### **4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)**

À fl. 16, firmada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, Edson Domingos da Silva, contendo: identificação da associação, nomes dos dirigentes, declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de assembleia de eleição).





**5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 18, consta a Lei Municipal nº 1.957, de 17 de fevereiro de 2025, referente ao reconhecimento de utilidade pública municipal da entidade, em atendimento ao requisito exigido.

**6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

*Art. 1º Fica declarada a Utilidade Pública Estadual a Associação Salve uma Vida Mirassol, com sede na Rua Antonio Martins da Costa, nº 975, Centro neste município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 36.215.156/0001-37.*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

**Requerimento formal do autor da proposição (art. 2º)**

Às fls. 02-03, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 1650/2026, em 11/03/2026, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.

**III – Voto do (a) Relator (a)**

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 250/2026, de autoria do Deputado Valmir Moretto.

Sala das Comissões, em 02 de 06 de 2026.



#### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 250/2026 – Parecer nº 527/2026/CCJR	
Reunião da Comissão em	02 / 06 / 2026
Presidente: Deputado (a)	DILMAR DAL BOSCO
Relator (a): Deputado (a)	DILMAR DAL BOSCO

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 250/2026, de autoria do Deputado Valmir Moretto.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	
	
	